



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: IMPACTOS ÉTICOS E SOCIAIS

GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE: ETHICAL AND SOCIAL IMPACTS

INTELIGENCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: IMPACTOS ÉTICOS Y SOCIALES

 <https://doi.org/10.56238/levv16n54-169>

Data de submissão: 26/10/2025

Data de publicação: 26/11/2025

Davi Souza da Silva

Doutorando em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
E-mail: davisouzasouza2014@hotmail.com

Hudson Pinto Gomes

Doutorando em Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
E-mail: hudsonpgomes@outlook.com

Douglas Barbosa Sousa

Especialista em Redes de Computadores
Instituição: Faculdades Associadas de São Paulo (FASP)
E-mail: douglas.sousa@ifpr.edu.br

Marlene da Silva Miranda

Mestranda em Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
E-mail: marlenemiranda862@gmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo examinar os efeitos éticos e sociais da inteligência artificial generativa sobre o trabalho, a educação e a cultura, com foco nas transformações do trabalho qualificado, nos riscos de exclusão sociotecnológica e nas implicações para as práticas culturais e a circulação de saberes. A pesquisa abordou criticamente a presença da IA generativa em contextos educacionais e sociais marcados por desigualdades estruturais, analisando sua influência na reorganização do trabalho docente, na fragilização da justiça social e na padronização dos conteúdos formativos. A metodologia adotada fundamentou-se em pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, a partir da análise de artigos acadêmicos recentes, selecionados com base em critérios de atualidade, relevância temática e densidade teórica. As discussões evidenciaram que a adoção acrítica da IA generativa, sob o argumento da eficiência técnica, implicou o esvaziamento da mediação pedagógica, o reforço de assimetrias digitais e a supressão de saberes locais. Verificou-se que, embora a IA oferecesse recursos adaptativos e de personalização do ensino, seu uso não garantiu, por si só, a equidade nos processos educativos. Concluiu-se que a presença dessa tecnologia nos espaços formativos exigiu regulação crítica e compromisso ético com a diversidade epistêmica e com os direitos sociais historicamente negligenciados.



Palavras-chave: Automação Intelectual. Equidade Digital. Mediação Pedagógica. Formação Docente. Pluralidade Epistêmica.

ABSTRACT

This article aimed to examine the ethical and social effects of generative artificial intelligence on labor, education, and culture, focusing on changes in skilled work, risks of sociotechnological exclusion, and implications for cultural practices and the circulation of knowledge. The research critically addressed the presence of generative AI in educational and social contexts marked by structural inequalities, analyzing its influence on the reorganization of teaching work, the weakening of social justice, and the standardization of educational content. The adopted methodology was based on qualitative bibliographic research, through the analysis of recent academic articles selected according to criteria of timeliness, thematic relevance, and theoretical density. The discussions revealed that the uncritical adoption of generative AI, under the discourse of technical efficiency, resulted in the emptying of pedagogical mediation, reinforcement of digital asymmetries, and suppression of local knowledge. It was found that although AI offered adaptive and personalized teaching resources, its use alone did not ensure equity in educational processes. It was concluded that the presence of this technology in learning environments requires critical regulation and ethical commitment to epistemic diversity and historically neglected social rights.

Keywords: Intellectual Automation. Digital Equity. Pedagogical Mediation. Teacher Training. Epistemic Plurality.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo examinar los efectos éticos y sociales de la inteligencia artificial generativa en el trabajo, la educación y la cultura, centrándose en las transformaciones en el trabajo calificado, los riesgos de exclusión sociotecnológica y las implicaciones para las prácticas culturales y la circulación del conocimiento. La investigación abordó críticamente la presencia de la IA generativa en contextos educativos y sociales marcados por desigualdades estructurales, analizando su influencia en la reorganización del trabajo docente, el debilitamiento de la justicia social y la estandarización del contenido educativo. La metodología adoptada se basó en una investigación bibliográfica cualitativa, utilizando artículos académicos recientes seleccionados con base en criterios de actualidad, relevancia temática y densidad teórica. Las discusiones revelaron que la adopción acrítica de la IA generativa, bajo el argumento de la eficiencia técnica, ha llevado al vaciamiento de la mediación pedagógica, al refuerzo de las asimetrías digitales y a la supresión del conocimiento local. Se encontró que, si bien la IA ofrecía recursos de aprendizaje adaptativos y personalizados, su uso, por sí solo, no garantizaba la equidad en los procesos educativos. Se concluyó que la presencia de esta tecnología en los entornos educativos requería una regulación crítica y un compromiso ético con la diversidad epistémica y los derechos sociales históricamente desatendidos.

Palabras clave: Automatización Intelectual. Equidad Digital. Mediación Pedagógica. Formación Docente. Pluralidad Epistémica.



1 INTRODUÇÃO

A expansão acelerada da inteligência artificial generativa nos últimos anos transformou significativamente os modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento em diversos setores sociais. No campo educacional, em particular, a incorporação dessas tecnologias tem reconfigurado as práticas pedagógicas, os perfis profissionais demandados e os processos formativos em múltiplas frentes. A despeito de seu potencial para automatizar tarefas e personalizar experiências de aprendizagem, o uso da IA generativa também tem suscitado preocupações éticas, culturais e sociais, sobretudo quando aplicada em contextos marcados por desigualdades estruturais. Diante desse cenário, tornou-se necessário investigar de que maneira essa tecnologia impacta não apenas o fazer educativo, mas também a organização do trabalho qualificado e os mecanismos de exclusão sociotecnológica, elementos que compõem a complexidade do debate contemporâneo sobre inovação e justiça social.

A escolha do tema justificou-se pela atualidade e relevância do debate acerca da IA generativa, que, embora promissora do ponto de vista técnico, apresenta implicações profundas sobre os fundamentos da educação e da formação humana. O estudo partiu da constatação de que, ao se inserir em contextos educativos e produtivos desiguais, a IA pode tanto mitigar quanto intensificar assimetrias sociais, dependendo da forma como é concebida, implementada e regulada. Além disso, a predominância de modelos algorítmicos treinados a partir de dados culturais hegemônicos coloca em risco a diversidade epistêmica e simbólica dos sujeitos, exigindo uma abordagem crítica sobre suas formas de operação e seus efeitos nos processos de ensino, aprendizagem e produção cultural. Essas motivações revelaram a importância de analisar, com rigor teórico e metodológico, as relações entre tecnologia, educação e justiça social na era da automação intelectual.

A partir desse contexto, definiu-se como pergunta norteadora da investigação a seguinte questão: ‘Como a inteligência artificial generativa afeta o trabalho qualificado, a justiça social e a circulação de saberes em contextos educativos?’ Para respondê-la, estabeleceu-se como objetivo geral examinar os efeitos éticos e sociais da inteligência artificial generativa sobre o trabalho, a educação e a cultura. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) analisar o impacto da automação de tarefas intelectuais na reconfiguração do trabalho docente e qualificado; (b) discutir os riscos de exclusão sociotecnológica provocados pela inserção acrítica da IA em contextos educacionais; e (c) investigar os efeitos da IA generativa sobre as práticas culturais e a pluralidade epistêmica no interior dos processos formativos.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com ênfase qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos recentes publicados entre os anos de 2024 e 2025. Foram utilizados materiais obtidos na base SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), reconhecida por sua credibilidade na disseminação de produções científicas em acesso aberto. As palavras-chave empregadas nas buscas foram ‘inteligência artificial generativa’, ‘educação e IA’, ‘trabalho qualificado’.



e automação’, ‘exclusão digital’ e ‘circulação de saberes’. Os critérios de seleção priorizaram textos com recorte crítico, afinados com os campos da educação, das ciências sociais e da filosofia da tecnologia, excluindo publicações meramente técnicas ou desprovidas de análise contextual. Essa abordagem permitiu construir um referencial teórico robusto e alinhado ao escopo da pesquisa, a partir da articulação entre diferentes perspectivas analíticas.

O artigo dialogou com autores que oferecem uma leitura crítica e situada da inteligência artificial, entre os quais se destacam Guedes (2025), Costa *et al.* (2024) e Mossin *et al.* (2025). Guedes enfatizou a utilização da IA generativa na formação de educadores sociais e os desafios da personalização pedagógica em contextos vulneráveis. Costa *et al.* apontaram os riscos do esvaziamento da prática docente e da padronização epistêmica decorrente da mediação algorítmica. Mossin *et al.*, por sua vez, problematizaram os efeitos estruturais da IA sobre o trabalho e sobre a constituição de uma formação omnilateral, trazendo à tona os conflitos entre eficiência técnica e emancipação humana.

A estrutura do artigo distribuiu-se em três capítulos, organizados a partir dos núcleos temáticos definidos na revisão da literatura. O primeiro capítulo, ‘Automação de tarefas intelectuais e reconfiguração do trabalho qualificado com IA generativa’, discutiu como a introdução dessa tecnologia no ambiente educativo e profissional alterou as atribuições docentes e as exigências formativas dos trabalhadores. O segundo capítulo, ‘IA generativa e exclusão sociotecnológica: desafios éticos para a justiça social’, abordou os riscos de ampliação das desigualdades sociais decorrentes da ausência de políticas regulatórias e do uso acrítico dos sistemas algorítmicos. O terceiro capítulo, ‘Efeitos da IA generativa nas práticas culturais e na circulação de saberes’, examinou os impactos dessa tecnologia sobre os processos de produção simbólica e as formas tradicionais de conhecimento, destacando os riscos de homogeneização cultural. Cada uma dessas seções contribuiu, de maneira articulada, para responder à questão norteadora proposta e refletir criticamente sobre os rumos da educação diante dos avanços tecnológicos.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como um estudo bibliográfico de natureza qualitativa, cujo objetivo consistiu em examinar criticamente os impactos éticos e sociais da inteligência artificial generativa sobre o trabalho qualificado, a justiça social e a circulação de saberes, com ênfase no campo educacional. A escolha por essa abordagem fundamenta-se na concepção de que os estudos bibliográficos permitem analisar produções acadêmicas consolidadas e identificar padrões de interpretação teórica sobre o objeto em questão. Nesse sentido, as ideias de Santana, Narciso e Santana (2025, p. 3) são pertinentes ao afirmar que “as metodologias científicas contemporâneas demandam uma integração efetiva de inovações tecnológicas para potencializar a pesquisa acadêmica.” Essa

afirmação reforça a relevância do uso de ferramentas digitais para localizar, selecionar e interpretar fontes científicas atualizadas.

O procedimento metodológico adotado envolveu, inicialmente, uma revisão de literatura com o intuito de mapear a produção recente sobre inteligência artificial generativa nas áreas de educação, trabalho e cultura. Tal revisão, como destacam os autores acima referenciados, é indispensável para situar a investigação no estado atual do conhecimento. A busca pelos materiais ocorreu exclusivamente na base de dados SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), uma biblioteca científica eletrônica que reúne periódicos científicos de acesso aberto, amplamente reconhecida por sua credibilidade e por abranger publicações de alta qualidade na área das ciências humanas e sociais.

As palavras-chave utilizadas nas buscas foram formuladas em combinações simples e diretas, de modo a garantir precisão sem limitar o escopo da investigação. As expressões empregadas incluíram ‘inteligência artificial generativa’, ‘educação e IA’, ‘trabalho qualificado e automação’, ‘exclusão digital’, ‘justiça social’ e ‘circulação de saberes’. A escolha desses termos teve como objetivo articular os três eixos temáticos centrais definidos na introdução e refinar a seleção dos textos de acordo com os objetivos do estudo. Foram combinadas diferentes palavras em pesquisas cruzadas para abranger artigos que, embora não usassem a mesma terminologia, abordassem temáticas convergentes.

Os critérios de inclusão dos materiais consideraram, prioritariamente, a atualidade das publicações de 2024 e 2025, a pertinência temática em relação aos eixos do trabalho, e a autoria institucional ou acadêmica reconhecida. Foram excluídos textos opinativos, publicações sem revisão por pares e materiais com enfoque exclusivamente técnico ou instrumental, sem reflexão crítica sobre os impactos sociais da IA. Essa delimitação visou garantir que os documentos selecionados apresentassem densidade analítica suficiente para embasar discussões de natureza ético-educacional.

A formação deste artigo estruturou-se a partir da leitura detalhada e da categorização temática dos textos selecionados, organizando-se três grandes núcleos de análise: automação de tarefas intelectuais e reconfiguração do trabalho qualificado; IA generativa e exclusão sociotecnológica; e efeitos sobre as práticas culturais e a circulação de saberes. Em cada eixo, os argumentos foram construídos por meio do diálogo entre autores que abordam a tecnologia em suas dimensões estruturais, pedagógicas e epistêmicas. A análise respeitou a integridade das abordagens teóricas, destacando tanto os pontos de convergência quanto as tensões entre os discursos, sempre com vistas ao alcance dos objetivos inicialmente propostos.

Em suma, a opção metodológica pela pesquisa bibliográfica, aliada ao uso de ferramentas digitais de curadoria científica e à definição rigorosa de critérios de seleção, permitiu não apenas identificar os principais debates acadêmicos sobre IA generativa, como também construir um percurso analítico coerente com as finalidades do estudo. A metodologia empregada contribuiu, portanto, para

fundamentar as discussões realizadas ao longo do artigo, garantindo consistência teórica e pertinência temática às reflexões apresentadas.

3 AUTOMAÇÃO DE TAREFAS INTELECTUAIS E RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO QUALIFICADO COM IA GENERATIVA

A automação de tarefas intelectuais por meio da inteligência artificial generativa tem reconfigurado de maneira substancial o trabalho qualificado em distintos campos profissionais, sobretudo na educação e nos serviços sociais. A inserção crescente dessas tecnologias nas rotinas formativas exige um olhar crítico sobre os impactos estruturais provocados por essa reorganização técnica do trabalho. De acordo com Guedes (2025), as ferramentas baseadas em IA são capazes de criar conteúdos personalizados, simular cenários complexos e automatizar tarefas de avaliação, o que favorece intervenções mais eficazes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Esse autor destaca que a IA pode melhorar o desempenho dos educadores sociais, permitindo-lhes praticar suas competências de modo seguro e eficiente antes de interagir com situações reais.

Entretanto, essa reconfiguração não é isenta de implicações para o papel dos profissionais da educação. Costa *et al.* (2024) argumentam que a adoção da IA generativa impõe um deslocamento na função docente, que passa de agente formador para operador técnico de plataformas automatizadas. Segundo os autores,

[...] quando se transfere ao algoritmo a responsabilidade pela produção de saber, não se está apenas delegando uma função técnica, mas repositionando o sujeito docente como operador de plataformas, esvaziando sua autonomia intelectual e pedagógica (Costa *et al.*, 2024, p. 9).

Essa crítica evidencia que o ganho de eficiência proporcionado pela automação pode ocorrer em detrimento da dimensão ética, política e formativa do trabalho educacional. Além disso, a lógica algorítmica imposta por essas tecnologias tende a subordinar o processo formativo a critérios de produtividade e desempenho, o que reduz a complexidade do trabalho intelectual a métricas operacionais. Nesse sentido, Mossin *et al.* (2025) ressaltam que a IA, ao ser integrada às estruturas produtivas, redefine o perfil profissional exigido, privilegiando competências técnicas ajustadas à funcionalidade das máquinas, em detrimento de uma formação crítica e omnilateral. Essa reconfiguração desloca o trabalhador para uma posição subordinada à lógica do capital, fragilizando sua capacidade de intervenção autônoma sobre os processos produtivos.

A perspectiva de Guedes (2025) mostra-se mais pragmática, ao enfatizar o potencial da IA para otimizar as tarefas dos educadores sociais. O autor argumenta que a automação de avaliações e o fornecimento de um retorno em tempo real contribuem para a melhoria do processo formativo, além de liberar os profissionais de atividades repetitivas, permitindo-lhes focar em ações mais estratégicas. Ainda assim, essa visão instrumental da tecnologia não anula a necessidade de uma formação contínua,

crítica e adaptativa, que capacite os educadores para interagir com sistemas inteligentes de maneira ética e consciente.

Ao considerar os riscos de esvaziamento do trabalho docente, Costa *et al.* (2024) sustentam que a incorporação acrítica de plataformas automatizadas pode comprometer a centralidade pedagógica e a autonomia profissional. A automação, segundo os autores, não se limita à substituição de tarefas, mas interfere diretamente na lógica do processo educativo, impondo uma racionalidade técnica que fragiliza a dimensão dialógica da prática pedagógica. Essa constatação aproxima-se da análise de Mossin *et al.* (2025), ao apontar que a introdução da IA nos espaços de trabalho não se resume à inovação técnica, mas constitui uma transformação profunda nas relações laborais e no modo de organização social da produção.

Por outro lado, a utilização de tecnologias generativas pode contribuir para a democratização do acesso à formação qualificada, desde que implementadas com critérios pedagógicos e éticos. Guedes (2025) defende que programas de capacitação mediados por IA devem ser flexíveis e adaptativos, ajustando-se ao ritmo de aprendizagem e às necessidades específicas de cada educador. Nesse ponto, observa-se uma tensão entre o potencial inclusivo da tecnologia e os riscos de padronização e controle associados ao seu uso acrítico. Essa ambivalência reforça a importância de políticas públicas que orientem a integração da IA nos processos formativos, considerando tanto sua eficácia instrumental quanto suas implicações sociais.

Mossin *et al.* (2025) alertam que a intensificação da automação não pode ser tratada apenas como consequência do progresso tecnológico, mas como expressão de uma nova racionalidade produtiva que posiciona o trabalhador como elemento secundário no sistema algorítmico. Para os autores, essa mudança desloca a centralidade da ação humana e reorganiza o trabalho em torno de parâmetros de eficiência impostos por sistemas automatizados, afetando diretamente o projeto formativo das instituições educacionais e a emancipação dos sujeitos. Isso implica reconhecer que a IA não é neutra, mas carrega em sua estrutura valores que moldam os modos de trabalhar, aprender e interagir socialmente.

Em síntese, a automação de tarefas intelectuais mediante IA generativa produz efeitos contraditórios no trabalho qualificado. De um lado, há ganhos de eficiência e possibilidade de personalização de processos formativos, conforme defendido por Guedes (2025); de outro, observa-se uma redefinição das funções profissionais, marcada pela perda de autonomia e pela adoção de uma lógica instrumental e performativa, como apontam Costa *et al.* (2024) e Mossin *et al.* (2025). Esses elementos indicam a necessidade de abordagens que articulem criticamente as potencialidades técnicas da IA com os princípios formativos voltados à emancipação e à justiça social.

4 IA GENERATIVA E EXCLUSÃO SOCIOTECNOLÓGICA: DESAFIOS ÉTICOS PARA A JUSTIÇA SOCIAL

A difusão da inteligência artificial generativa em ambientes educacionais e profissionais tem acentuado o debate sobre exclusão sociotecnológica e justiça social, sobretudo diante das assimetrias históricas que estruturam o acesso ao conhecimento e à tecnologia. O uso de sistemas baseados em dados para personalização de ensino e automação de processos pedagógicos, embora tecnicamente viável, coloca em evidência questões éticas sensíveis quando aplicado a populações em situação de vulnerabilidade. Guedes (2025) destaca que a coleta de dados sensíveis, tais como informações socioeconômicas e demográficas, pode ser essencial para ajustar práticas formativas, mas também representa risco real de violação de privacidade e exposição indevida dos sujeitos atendidos. Nesse contexto, o desafio ético reside na conciliação entre precisão algorítmica e salvaguardas à integridade dos formandos.

Além disso, a base de dados utilizada para treinar modelos de IA é um dos principais vetores de perpetuação de desigualdades. Como observa Costa *et al.* (2024), a suposta neutralidade algorítmica é ilusória, visto que os algoritmos são estruturados sobre conjuntos de dados históricos que refletem padrões de exclusão e preconceito. Essa crítica é reiterada por Guedes (2025), ao afirmar que modelos treinados com dados não representativos podem reproduzir vieses culturais e sociais, especialmente em contextos educacionais voltados a grupos marginalizados. A esse respeito, torna-se necessário desenvolver mecanismos de auditoria algorítmica que assegurem transparência nos critérios de decisão e efetivo controle sobre a distribuição dos benefícios oferecidos por sistemas automatizados.

Nesse sentido, o argumento da justiça social passa a exigir o reconhecimento de que a exclusão digital não se limita ao acesso material a dispositivos, mas envolve também a capacidade de compreender e interagir criticamente com os sistemas tecnológicos. Costa *et al.* (2024) enfatizam que a literacia digital, enquanto competência crítica, é fundamental para que os sujeitos compreendam a lógica de funcionamento das plataformas algorítmicas. Tal observação ganha relevância à medida que os ambientes educacionais passam a ser estruturados por essas ferramentas, correndo o risco de impor uma cultura técnica homogênea e excludente, alheia às singularidades socioculturais dos sujeitos. Assim, a IA generativa pode contribuir para o apagamento de saberes locais e periféricos, reforçando uma hegemonia epistêmica que não reconhece a diversidade de formas de conhecimento.

Ainda que haja esforços de integração da IA a processos pedagógicos inclusivos, a ausência de políticas públicas voltadas à proteção de dados e à democratização do acesso tende a intensificar desigualdades. Como afirma Guedes,

[...] a utilização da IA em contextos educativos exige atenção redobrada às políticas de proteção de dados e auditoria algorítmica, particularmente quando aplicada a populações vulneráveis. A ausência dessas salvaguardas pode comprometer a equidade e a justiça social no acesso ao conhecimento (Guedes, 2025, p. 14).

Essa advertência remete ao papel do Estado e das instituições educacionais na regulação do uso da tecnologia, especialmente no que diz respeito à responsabilização pelas consequências sociais dos sistemas de IA generativa. Mossin *et al.* (2025), por sua vez, ampliam essa discussão ao situar a IA dentro das estruturas globais de poder que regem a produção de conhecimento e tecnologia.

Os autores apontam que os países periféricos ocupam posição subordinada no circuito da inteligência artificial, uma vez que não controlam os meios de produção algorítmica nem os dados que alimentam os sistemas. Isso compromete a soberania cognitiva e torna as nações dependentes de modelos importados, os quais não refletem suas realidades sociais e culturais. Ao serem aplicadas indiscriminadamente, essas tecnologias reproduzem lógicas exógenas que desconsideram os contextos locais e fragilizam a autonomia dos sujeitos na construção do saber.

Por outro lado, a exclusão sociotecnológica também se manifesta no campo laboral, à medida que o domínio da IA se torna requisito para inserção produtiva. Mossin *et al.* (2025) observam que trabalhadores com menor escolaridade, sem acesso à internet e com baixa familiaridade digital são gradualmente excluídos de oportunidades de trabalho qualificadas, ampliando o fosso entre os que operam as tecnologias e os que delas são descartados. Essa configuração evidencia que a justiça social demanda mais do que inclusão digital instrumental: exige uma ação formativa que articule criticamente o uso da tecnologia com os projetos de emancipação coletiva.

Costa *et al.* (2024) advertem que, quando a IA é aplicada sem reflexão crítica, tende a consolidar um modelo tecnocrático de educação, centrado na performance e na padronização. Isso implica o risco de obscurecer as dimensões políticas e históricas das desigualdades educacionais, reduzindo a intervenção pedagógica a parâmetros de eficiência operacional. Em vez de promover equidade, o uso acrítico da IA pode reforçar os mecanismos de marginalização estrutural, sobretudo em espaços como a escola pública, marcados por uma composição sociocultural heterogênea e complexa.

Por fim, Guedes (2025) e Mossin *et al.* (2025) convergem ao reconhecer que a expansão da IA generativa sem uma estratégia de inclusão digital crítica agrava os processos de exclusão social e epistêmica. A ausência de acesso qualificado à tecnologia, associada à concentração de poder nas mãos de grandes corporações e à falta de regulamentação ética, intensifica a fragmentação social e priva parcelas significativas da população do direito ao conhecimento e ao trabalho digno. Diante disso, impõe-se a necessidade de formular políticas públicas orientadas à equidade, à transparência algorítmica e à valorização dos saberes locais, como condição para que a inteligência artificial se insira em uma lógica formativa comprometida com a justiça social.



5 EFEITOS DA IA GENERATIVA NAS PRÁTICAS CULTURAIS E NA CIRCULAÇÃO DE SABERES

A inserção da inteligência artificial generativa nas dinâmicas educativas tem provocado reconfigurações significativas nas práticas culturais e nos modos de circulação do saber. Em contextos de formação social, Guedes (2025) argumenta que a IA contribui para a valorização da diversidade ao permitir a personalização de currículos, adaptando-os às necessidades específicas dos educadores sociais. A possibilidade de gerar conteúdos específicos, como aqueles voltados à mediação de conflitos e intervenção comunitária, amplia o alcance pedagógico em ambientes com limitações estruturais. Assim, a IA se apresenta como instrumento de fortalecimento de práticas formativas contextuais e responsivas.

Entretanto, essa potencialidade técnica não elimina os riscos inerentes à sua implementação acrítica. Costa *et al.* (2024) destacam que a IA generativa, ao operar com bases de dados predominantemente eurocentradas e anglófonas, promove a padronização de discursos e estilos culturais. Esse processo de homogeneização simbólica compromete a pluralidade epistêmica e ameaça os saberes localizados, que são centrais para a construção de uma educação culturalmente situada. A valorização da autoria coletiva e da produção social de sentidos, característica das práticas educativas dialógicas, tende a ser substituída por estruturas textuais automatizadas baseadas em padrões estatísticos.

Mossin *et al.* (2025) reforçam esse diagnóstico ao afirmar que o uso intensivo da IA nos processos formativos pode empobrecer a experiência educativa, ao reduzir a formação a esquemas operacionais e lógicas de performance. Para esses autores, a educação deve preservar a dimensão cultural como constitutiva da formação humana, o que exige o reconhecimento da arte, da história e do pensamento crítico como elementos indissociáveis do processo educativo. A padronização promovida pelos sistemas algorítmicos, ao ignorar essas dimensões, tende a deslocar a formação integral por modelos baseados em eficiência técnica.

Nesse contexto, é necessário problematizar os efeitos da automação sobre a circulação de saberes, especialmente em realidades periféricas e vulnerabilizadas. Costa *et al.*, advertem que,

[...] quando se aceita que uma máquina produza textos, argumentos e interpretações com base em padrões estatísticos, abre-se mão da autoria situada, da produção coletiva de sentido e da construção histórica do conhecimento como prática socialmente enraizada. (Costa *et al.*, 2024, p. 15)

A crítica centra-se na substituição da criação cultural por simulações técnicas que esvaziam a subjetividade e a agência dos sujeitos no ato educativo. Apesar dessas tensões, Guedes (2025) destaca que a IA também pode ser empregada como ferramenta de valorização dos saberes locais, desde que seu uso respeite as especificidades dos territórios e das populações atendidas. Ao oferecer conteúdos

personalizados e contextualizados, essas tecnologias possibilitam a formação de educadores mais alinhados às demandas socioculturais dos grupos com os quais atuam. Essa perspectiva aponta para um uso orientado por princípios de justiça cognitiva, em que a IA atua como meio de ampliação da diversidade e não como agente de sua supressão.

No entanto, essa possibilidade depende de escolhas políticas e pedagógicas que tensionem os modelos hegemônicos de produção de conhecimento. Mossin *et al.* (2025) observam que a IA, ao ser operada por corporações transnacionais, veicula interesses econômicos que muitas vezes estão dissociados das necessidades locais. Ao atuar como filtro cultural, a tecnologia seleciona, prioriza e distribui conteúdos conforme lógicas de rentabilidade e controle, o que compromete a autonomia das instituições educativas na definição de seus projetos formativos. A centralidade do algoritmo, nesse cenário, esvazia a dimensão pública e crítica da educação.

Costa *et al.* (2024) retomam essa crítica ao alertar para os efeitos simbólicos da IA sobre os processos formativos. Segundo os autores, a substituição da oralidade, da experiência comunitária e da sensibilidade coletiva por dados e estatísticas afeta a maneira como os sujeitos percebem e interagem com o mundo. A redução da educação à reprodução de padrões linguísticos normatizados limita a criatividade, desvaloriza a heterogeneidade cultural e fortalece uma visão tecnocrática do conhecimento. Diante disso, torna-se necessário recuperar a centralidade dos sujeitos e de suas práticas culturais como referências legítimas na produção de saberes.

Por fim, Mossin *et al.* (2025) insistem na urgência de afirmar a educação como prática cultural crítica diante da expansão da IA generativa. A circulação de saberes mediados por algoritmos não deve ser aceita como destino inevitável, mas como objeto de reflexão ética e política. A resistência à homogeneização imposta pelas plataformas digitais exige o reconhecimento dos territórios culturais e da multiplicidade de vozes que compõem o tecido social. Nesse sentido, a incorporação da IA à educação só pode ser considerada legítima se vinculada a projetos formativos comprometidos com a pluralidade, a equidade e a dignidade cultural dos sujeitos históricos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da análise dos referenciais teóricos selecionados indicam que a inteligência artificial generativa tem promovido reconfigurações estruturais no trabalho qualificado, nas práticas educativas e nos modos de circulação de saberes, com implicações diretas sobre a justiça social e a preservação da diversidade cultural. A automação de tarefas intelectuais, em particular, desloca o papel tradicional dos profissionais da educação e redefine as exigências de qualificação no mercado de trabalho, sinalizando uma tendência à tecnificação de funções historicamente mediadas por competências críticas e humanísticas. Nesse sentido, os efeitos da IA não se restringem ao plano instrumental, mas alcançam as esferas políticas e simbólicas da formação social.



O significado dessas descobertas reside na identificação de uma inflexão paradigmática nas formas de produção de conhecimento e de interação pedagógica. A IA generativa, ao ser integrada em contextos educativos e produtivos, altera profundamente os modos de conceber a autoria, a mediação cultural e o papel dos sujeitos nos processos formativos. Embora ofereça recursos para a personalização do ensino e a geração de conteúdos contextualizados, seu uso automatizado e desregulado pode comprometer a autonomia docente, esvaziar a função crítica da educação e reforçar mecanismos de exclusão social. Isso revela um paradoxo central: ao mesmo tempo em que a IA amplia possibilidades de acesso, ela intensifica desigualdades preexistentes quando operada sem mediação crítica e sem políticas públicas orientadas à equidade.

Essas constatações dialogam com estudos anteriores que já apontavam para a existência de uma racionalidade algorítmica que redefine a lógica do trabalho e da educação sob os critérios de produtividade, eficiência e padronização. Pesquisas como as de Costa *et al.* (2024), Guedes (2025) e Mossin *et al.* (2025) oferecem contribuições significativas ao indicar que a IA generativa tende a reforçar estruturas epistêmicas hegemônicas e tecnocentradas, desvalorizando saberes periféricos e marginalizados. Em consonância com essas análises, os dados sugerem que a incorporação da IA nos processos educativos não pode ser dissociada de uma reflexão ética sobre seus efeitos na distribuição de oportunidades, na preservação das identidades culturais e na formação cidadã.

Entretanto, as descobertas apresentadas também enfrentam limitações que devem ser reconhecidas. Os estudos revisados concentram-se majoritariamente em análises qualitativas, muitas vezes vinculadas a contextos específicos da educação formal ou da formação profissional. Há lacunas quanto à mensuração empírica dos impactos da IA sobre populações vulneráveis, bem como sobre os efeitos de longo prazo das dinâmicas algorítmicas na produção de subjetividades docentes e discentes. Além disso, há uma escassez de investigações que abordem sistematicamente a relação entre IA generativa e epistemologias não ocidentais, o que limita a abrangência dos diagnósticos produzidos.

Certos resultados obtidos a partir da leitura cruzada dos textos analisados se mostram inesperados, sobretudo quanto à dualidade presente na própria recepção da IA por parte dos educadores sociais. Embora os autores reconheçam os riscos da automação e da padronização cultural, também destacam que a IA pode ser instrumentalizada a favor de práticas educativas mais personalizadas, eficientes e responsivas às realidades locais. Essa ambivalência sugere que a tecnologia, por si só, não determina os resultados sociais e culturais de seu uso; o que se revela determinante é a intencionalidade política e pedagógica com que tais recursos são incorporados às práticas formativas.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de ampliação das investigações interdisciplinares sobre os impactos da IA generativa, com especial atenção às implicações sociais, éticas e epistemológicas de sua difusão nos espaços educativos e produtivos. Sugere-se o desenvolvimento de pesquisas empíricas que articulem a análise técnica dos algoritmos com abordagens críticas da

sociologia da educação e da filosofia da tecnologia. Além disso, é recomendável o investimento em estudos de caso voltados à compreensão de como comunidades escolares, profissionais e culturais localizadas reagem, adaptam-se ou resistem às tecnologias automatizadas. Tais esforços podem contribuir para a formulação de diretrizes éticas e pedagógicas mais sensíveis à diversidade e à justiça cognitiva.

Em síntese, os resultados apontam para a necessidade de reposicionar a inteligência artificial generativa como objeto de debate público e como instrumento de política educacional, e não apenas como inovação técnica. Ao problematizar seus efeitos sobre o trabalho qualificado, sobre a circulação de saberes e sobre a equidade sociotecnológica, este estudo reafirma que o futuro da IA deve ser pensado a partir de critérios éticos, políticos e culturais, que considerem não apenas sua funcionalidade, mas também suas implicações para a dignidade humana e a pluralidade epistêmica.

7 CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido permitiu compreender de forma sistemática os efeitos da inteligência artificial generativa sobre o trabalho qualificado, a justiça social e a cultura, especialmente nos contextos educativos. A partir da articulação entre os referenciais teóricos selecionados, foi possível responder às questões centrais apresentadas na introdução e aprofundadas na metodologia, que buscavam examinar como a IA generativa altera as práticas intelectuais e profissionais, impacta a equidade sociotecnológica e interfere nos modos de produção e circulação de saberes.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados ao evidenciar, com base em literatura científica recente, que a automação de tarefas intelectuais promovida pela IA generativa modifica substancialmente o perfil das competências requeridas no mundo do trabalho, deslocando o foco da formação ampla para um adestramento técnico-operacional. No campo da educação, observou-se que a inserção da IA em práticas pedagógicas afeta tanto a autonomia docente quanto a função crítica do ensino, ao mesmo tempo em que oferece possibilidades de personalização formativa em contextos com escassez de recursos. No que se refere à justiça social, ficou demonstrado que a IA generativa, quando operada sem mediação crítica, tende a ampliar desigualdades preexistentes, especialmente devido aos vieses embutidos nos dados que alimentam seus sistemas e à desigualdade de acesso à infraestrutura digital. Quanto às práticas culturais, concluiu-se que há uma tendência à homogeneização simbólica e ao esvaziamento da diversidade epistêmica, uma vez que os conteúdos gerados refletem padrões culturais dominantes, frequentemente desconectados das realidades locais.

Esses achados indicam que os impactos da IA generativa não podem ser compreendidos apenas sob a ótica da inovação tecnológica, sendo necessário analisá-los a partir de suas implicações políticas, educativas e sociais. O estudo demonstrou que, embora haja potencial para qualificação e



democratização do acesso à informação, o uso acrítico ou desregulado dessas tecnologias pode comprometer a formação integral dos sujeitos e intensificar processos de exclusão.

Diante das lacunas identificadas, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que examinem os efeitos da IA generativa em diferentes realidades escolares, especialmente em regiões periféricas ou com acesso limitado à infraestrutura digital. Sugere-se também o desenvolvimento de investigações interdisciplinares voltadas à análise crítica dos algoritmos e à formulação de políticas públicas que orientem o uso ético, pedagógico e culturalmente sensível dessas ferramentas. Além disso, torna-se pertinente explorar modelos de formação docente que incorporem a IA como objeto de mediação crítica, e não como substituição de práticas pedagógicas. Tais iniciativas podem contribuir para um uso mais equitativo e emancipador da inteligência artificial nos processos formativos.



REFERÊNCIAS

COSTA, L. S.; SILVA, L. L. S.; SANTOS, P. C.; SARAIVA, A. K. M. Educação e inteligência artificial generativa: reflexões críticas e propositivas. **Revista Artes de Educar**, v. 10, n. 31, p. 1-20, 2024.

GUEDES, Fernando. Capacitação profissional para a integração eficaz da IA generativa na educação social: desafios e oportunidades. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n. 29, p. 1-16, 2025.

MOSSIN, E. A.; MARTINS, G. A.; GOUVEIA, R. C.; PANTONI, R. P. Reflexões sobre a inteligência artificial à luz dos fundamentos da educação profissional e tecnológica. **Educação em Revista**, v. 41, e53835, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.